ficados, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9

de Setembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007, os seguintes funcionários:

Nome	Categoria de origem	Escalaço/ índice	Categoria de reclassificação	Escalaço/ índice
Joaquim Fernando Ferreira Silva	Carpinteiro de limpos principal . . .	1/204	Marceneiro	1/233
Maria Olinda Freitas Silva	Auxiliar de serviços gerais	1/128	Assistente administrativa	1/199
Mário Duarte Pereira	Cantoneiro de vias municipais	1/137	Trolha	1/142
Avelino Lima Martins	Cantoneiro de vias municipais	1/137	Condutor de máquinas e veículos especiais.	1/155
Marta Cristina Cunha André	Assistente administrativa principal.	1/222	Técnica de 2.ª classe	1/295

Os nomeados devem, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Eulália Silva Teixeira*.

2611060379

Aviso n.º 21 699/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho da signatária de 26 de Outubro de 2007, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e de acordo com a deliberação do júri, a candidata ao concurso externo de ingresso para provimento de uma vaga de técnico superior de 2.ª classe, estagiário, sem adjectivação, Lurdes Cristina Ferreira Gomes foi dispensada de efectuar o estágio de ingresso.

Assim, foi nomeada para ocupar o lugar de técnico superior de 2.ª classe, sem adjectivação, e deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

26 de Outubro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Eulália Silva Teixeira*.

2611060395

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Aviso (extracto) n.º 21 700/2007

Discussão pública do Plano de Urbanização da Herdade do Corte Velho

O Dr. José Fernandes Estevens, presidente da Câmara Municipal de Castro Marim, torna público, para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que se encontra aberto entre 14 de Novembro e 13 de Dezembro, perfazendo um período de 22 dias úteis, o período de discussão pública da proposta do Plano de Urbanização da Herdade do Corte Velho.

O prazo supra-referido é contado nos termos do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

O projecto do Plano, acompanhado do relatório ambiental e dos pareceres da CCDR Algarve e demais entidades, estará disponível na Divisão de Administração Urbanística desta Câmara Municipal e na sede da Junta de Freguesia de Azinhal, onde poderá ser consultado todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente.

As sugestões ou observações a apresentar deverão ser formuladas por escrito, endereçadas ao presidente da Câmara Municipal ou entregues directamente na Divisão de Administração Urbanística.

Para constar e surtir os devidos efeitos se publica o presente aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e publicado no *Diário da República*, 2.ª série e nos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Expresso*.

25 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Fernandes Estevens*.

2611060749

CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

Aviso n.º 21 701/2007

1 — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 18 de Outubro de 2007, se encontra aberto, nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de uma vaga de operário (electricista), do grupo de pessoal operário, pertencente ao quadro de pessoal deste município.

2 — De acordo com a Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e ao abrigo do artigo 41.º, foi feita consulta à BEP acerca da existência ou não de pessoal em situação de mobilidade especial, tendo a DGAEP, através do ofício n.º 8012, de 12 de Outubro de 2007, declarado a não existência de pessoal com perfil para o recrutamento em questão em situação de mobilidade especial.

3 — O concurso é válido para o provimento do lugar posto a concurso, esgotando-se com o preenchimento da vaga.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pela legislação regulamentadora da matéria, designadamente: Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado em anexo à Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 427/89, de 7 de Dezembro, por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, e 29/2001, de 3 de Fevereiro.

5 — O local de trabalho é a área do município do Entroncamento.

6 — O conteúdo funcional — as funções a desempenhar serão as constantes do despacho do SEALOT n.º 1/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990, da respectiva categoria.

7 — A remuneração mensal ilíquida corresponde a € 463,99, escalaço 1, índice 142, da escala indicária da administração local, da respectiva categoria, e as condições de trabalho e demais regalias sociais são as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários e agentes da administração local.

8 — Poderão candidatar-se ao concurso os indivíduos que reúnam, até ao término do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os seguintes requisitos, constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

8.1 — Requisitos gerais:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter idade não inferior a 18 anos;
- Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensável ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Requisitos especiais — possuir como habilitações literárias a escolaridade mínima obrigatória (4.ª classe para os nascidos até 31 de Dezembro de 1966, o 6.º ano de escolaridade para os nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1967 e para os nascidos a partir de 1981 o 9.º ano de escolaridade) e posse de comprovada formação ou experiência profissional, adequada ao exercício da respectiva profissão, de duração não inferior a dois anos.

9 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, devidamente assinado e datado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, elaborado em folhas normalizadas de formato A4, podendo ser entregues pessoalmente na Secção de Pessoal da Câmara Municipal, dentro das horas normais de expediente, ou remetidas, pelo correio, registado e com aviso de recepção,

expedidas até ao termo do prazo fixado, para a Câmara Municipal do Entroncamento, Largo de José Duarte Coelho, 2330-078 Entroncamento, do qual devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, nacionalidade, estado civil, número e data do bilhete de identidade, bem como serviço de identificação emissor), número fiscal de contribuinte, situação militar, quando for caso disso, residência, código postal e número de telefone;

b) Habilitações literárias;

c) Menção do concurso a que se candidata, identificando o número e a data do *Diário da República* onde foi publicado;

d) Tratando-se de indivíduos com deficiência, declaração, sob compromisso de honra, do respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência e devem, ainda, mencionar no requerimento de admissão todos os elementos necessários para que o processo de selecção seja adequado, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão.

9.1 — O requerimento de admissão a concurso deverá, sob pena de exclusão do concorrente, ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias e qualificações profissionais exigidas;

b) Documentos comprovativos dos requisitos gerais, os quais poderão ser dispensados para admissão ao concurso se os candidatos declararem, sob compromisso de honra, no mesmo requerimento e em alíneas separadas, a situação em que se encontram relativamente a cada uma das alíneas a), b), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

c) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte.

9.2 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

10 — Métodos de selecção:

10.1 — Os métodos de selecção constarão de prova teórico-prática de conhecimentos e entrevista profissional de selecção. O ordenamento final dos candidatos será resultante da média aritmética, trazida na escala de 0 a 20 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PTPC + EPS}{2}$$

em que:

CF — classificação final;

PTPC — prova teórico-prática de conhecimentos;

EPS — entrevista profissional de selecção.

10.2 — A prova teórico-prática de conhecimentos terá a duração de trinta minutos. A prova teórica consistirá na interpretação simbólica e funcional da aparelhagem de um esquema unifilar a fornecer ao candidato e a prova prática consistirá na execução em oficina do referido esquema.

Bibliografia — regras técnicas das instalações eléctricas de baixa tensão, Decreto-Lei n.º 226/2005, de 28 de Setembro, e Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de Setembro. *Práticas Oficiais*, Vítor Matias, Plátano Editora.

10.3 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e objectiva, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

10.4 — Serão excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, considerando-se para tal, por arredondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores.

10.5 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer dos métodos de selecção determina a sua exclusão.

10.6 — As preferências a atender para a graduação dos concorrentes em caso de igualdade de classificação são as constantes do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho. Se não se verificar aquela situação, será dada preferência ao candidato com melhor classificação na área da experiência profissional dentro da administração local.

10.7 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, incluindo as respectivas fórmulas classificativas, constam das actas do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Luís Filipe Mesquita Boavida, vice-presidente.

Vogais efectivos:

Fernando Manuel Lima Fernandes, encarregado geral.

Engenheiro José Augusto Batista dos Santos, assessor técnico.

Vogais suplentes:

Engenheiro Nuno Eduardo Ferreira Valente, chefe de divisão.

Engenheiro Joaquim António Ribeiro Canteiro, técnico superior assessor principal.

11.1 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

12 — A lista de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicadas nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 40.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

18 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jaime Manuel Gonçalves Ramos*.

2611060405

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ

Aviso (extracto) n.º 21 702/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho, foi determinada a integração e reclassificação da docente Ana Maria de Fátima Carriço Basaloco do quadro de zona pedagógica de Lisboa Ocidental, no quadro de pessoal do município de Estremoz, na carreira de técnica superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, com efeitos a partir de 4 de Outubro de 2007.

25 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Alberto Fateixa*.

2611060508

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE

Aviso n.º 21 703/2007

Concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico superior principal — Área de direito

1 — Para os devidos efeitos, faz-se público que, pelo meu despacho de 19 de Outubro de 2007, proferido no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal [alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro], se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico superior principal — área de direito.

2 — Foi dado cumprimento ao n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, sendo efectuada oferta na BEP em 21 de Setembro de 2007, com o código de oferta OE200709/0214, à qual não houve candidaturas.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 247/91, de 10 de Julho.

4 — Validade do concurso — o prazo de validade do concurso esgota-se com o preenchimento da vaga concursada.

5 — Vencimento e regalias sociais — o vencimento é o correspondente ao escalão 1 ou o que resultar da aplicação das regras contidas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 17 de Outubro, sendo actualmente correspondente ao índice 510 (€ 1666,43) da categoria. As regalias sociais são as genericamente vigentes para a administração local.

6 — Serviço a que se destinam — Departamento Administrativo Municipal.

7 — Local de trabalho — concelho de Fafe.

8 — Requisitos de admissão:

a) Requisitos gerais — encontram-se previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

b) Requisitos específicos — possuir no mínimo três anos de serviço na categoria anterior com classificação de serviço não inferior a *Bom*, conforme decorre da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, na redacção conferida pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

9 — Júri do concurso:

Presidente — Presidente da Câmara.

Vogais efectivos:

1.º vogal — director do DAM, Dr. Manuel Joaquim Gonçalves da Costa (que substituirá o presidente nas faltas e impedimentos).